

Sociedade, Arqueologia e Patrimônio: As relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC)

Society, Archaeology and Heritage: The relationship of belonging in the Zabelê community with the archaeological heritage of the Serra da Capivara National Park (PNSC)

Jaime de Santana Oliveira*
jaimesantana19@hotmail.com

Jóina Freitas Borges**
joinaborges@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) e seu patrimônio arqueológico. Dentro deste eixo, a noção de arqueologia pública e arqueologia colaborativa tem propiciado novas reflexões, contribuindo para se pensar em uma pesquisa arqueológica em que se considere os diferentes tipos de conhecimento: o científico (acadêmico) e o conhecimento das comunidades tradicionais, dentro de uma esfera onde não ocorra hierarquia entre os mesmos, e que ambos sejam utilizados para gestão e manejo do patrimônio arqueológico. A chegada da missão franco-brasileira, no Sudeste do Piauí, na década de 1970, marcou a história da comunidade Zabelê com a criação do PNSC, pois sendo o Parque uma unidade de conservação de proteção integral, sua criação implicou na desapropriação da comunidade Zabelê. Diante de tal contexto, abordamos o problema: quais as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área arqueológica do PNSC?

Palavras-Chave: Comunidade Zabelê, Parque Nacional Serra da Capivara, arqueologia pública, patrimônio

Abstract: This article aims to discuss the relationship of belonging in the Zabelê community with the archaeological heritage of the Serra da Capivara National Park (PNSC). Within this axis the notion: public archeology and symmetrical archeology have provided new insights and contributed to a new way of archaeological research in which the different types of knowledge can be considered: the scientific (academic) and the traditional communities knowledge, thinking about this in a different view in which there is no hierarchy among them, but that where both are used for management and preservation of the archaeological heritage. The arrival of the French-Brazilian Mission in southeastern Piauí, in the 1970s, marked the history of this community with the creation of the Serra da Capivara National Park (PNSC), This park was a full-time conservation unit, as a result of its creation, the community was expropriated in order to meet the notion of heritage preservation of that period. Faced with this context we address the problem: what are the relations of belonging Zabelê community with archaeological area of PNSC?

Keywords: Zabelê community, Serra da Capivara National Park, public archaeology, heritage

* Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

** Professora adjunta do Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Realiza pesquisas relacionadas à História e Arqueologia da Costa Norte (Ceará, Piauí, Maranhão e Pará).

Introdução

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa que está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, fundamentado a partir das concepções da arqueologia pública e arqueologia colaborativa. Busca-se, assim, discutir as valorações que permeiam as relações estabelecidas entre a comunidade Zabelê, Parque Nacional Serra da Capivara, e o patrimônio arqueológico dessa região.

Os estudos sobre a prática da pesquisa arqueológica e suas relações com as comunidades locais têm possibilitado questionamentos, a fim de melhor sanar a dicotomia entre sujeito e objeto, desta forma, a produção arqueológica, tanto em nível acadêmico como em nível profissional, ganhou novas páginas que apon-tam maior atenção ao uso simbólico dos espaços pelas comunidades do entorno dos sítios.

Dentro dessa perspectiva, esse trabalho propõe que seja redobrada a atenção, não somente às associações, interpretações e usos simbólicos diretos dos espaços arqueológicos, mas também às relações de vínculos que os sujeitos estabelecem com a memória dos antepassados, nos espaços onde estão inseridos os sítios, lugares onde se desenvolviam as práticas cotidianas dos familiares, nos quais se estabeleceram vínculos de identidade da comunidade Zabelê com o território onde hoje é o PARNA¹ Serra da Capivara.

Para realizar essa reflexão, algumas questões devem ser abordadas, tais como a própria pesquisa arqueológica no Brasil, que tem passado por momentos de conquistas, mudanças e desafios frente ao crescimento dos grandes empreendimentos no país. A forma

como é pensada a arqueologia nos dias atuais é bem diferente das práticas desenvolvidas há quarenta anos, e o processo de reflexão sobre o modo de fazer arqueologia no passado ajuda a entender melhor o desenvolvimento dessa ciência nos dias atuais.

O crescimento da arqueologia preventiva provocou uma evolução na legislação arqueológica no país, a qual tem desdobramentos importantes para as comunidades do entorno dos sítios e, no caso em questão, da comunidade Zabelê do PARNA Serra da Capivara. Associada a esta discussão, cabe trazer para o debate, a criação das Unidades de Conservação a partir de modelos preservacionistas tradicionais, considerando, neste sentido, a necessidade de fazer uma revisão nesses modelos, assim como adequação a documentos já elaborados, a exemplo da Carta de Burra de 1999, que prevê a conciliação da preservação com o uso, buscando assim uma etnoconservação² por meio de manejos tradicionais ou etnomanejoes, onde as populações tradicionais, ao invés de serem expulsas de suas terras para a criação de um Parque Nacional, passariam a ser valorizadas e recompensadas pelo seu conhecimento e manejo (DIEGUES, 2008).

Essas discussões podem ser contempladas dentro do campo da arqueologia pública, que é compreendida como a prática arqueológica que tem uma interação com a sociedade. De acordo com (HOLTTORF, 2007, in: CARVALHO; FUNARI, 2009,) existem três modelos gerais que caracterizam as atuações dos arqueólogos dentro do campo da arqueologia pública, sendo o primeiro, o “modelo de educação”, onde predomina a permanência da tradição iluminista de se compreender a academia e a sociedade como duas esferas distintas. Segundo, o “modelo da

¹ Parque Nacional (PARNA).

² A etnoconservação é meio de conservação/preservação que se utiliza do conhecimento das comunidades tradicionais para realização de manejo tradicional ou etnomanejo, considerando a preservação importante não somente através de critérios biológicos, mas também dos critérios decorrentes das paisagens criadas pelas comunidades tradicionais (DIEGUES, 2008).

relação pública”, que almeja melhorar a imagem da arqueologia na sociedade e terceiro, “modelo democrático”, que se configura como uma alternativa que apresenta maior valorização igualitária do conhecimento, entre diferentes tipos de conhecimento e sujeitos (CARVALHO; FUNARI, 2009).

Outro viés que dialoga com o supramencionado é o da arqueologia colaborativa, que se caracteriza por ter maior preocupação com as comunidades do entorno dos sítios, e avança no sentido de procurar desenvolver uma prática arqueológica em colaboração com as comunidades, inserindo-as no trabalho de campo e utilizando as suas interpretações sobre os bens e espaços patrimoniais (GNECCO, 2010; SILVA, 2009; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). De acordo com Silva (2011, p. 214), é necessário que “[...] não se aborde o público leigo através de uma ‘alfabetização cultural’, quando nos cabe, lutar pela expressão da multivocalidade através do patrimônio arqueológico”.

Partindo dos pressupostos da arqueologia pública e da arqueologia colaborativa, a construção do conhecimento científico não se apresenta de forma tão privilegiada em relação ao conhecimento das comunidades tradicionais, assim, pode-se advogar por uma arqueologia simétrica, que rompa com o dualismo entre sujeitos e objetos de conhecimento (LATOURE, 2008).

Neste sentido, a importância do Parque Nacional Serra da Capivara, reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pelas Organizações das Nações Unidas para Ciência e Educação (UNESCO) em 1991, dar-se-á não somente por possuir 1158 sítios arqueológicos catalogados, possuindo, dentre estes, 800 sítios com ocorrência de registros rupestres e abrangendo uma ocupação que remonta quase 100 mil anos de presença de grupos humanos.³ Diante do exposto, valorizar este patrimônio passaria também por preservar o

modo de vida das comunidades locais, que apresentam seus próprios costumes, marcados por valores desenvolvidos frente às suas relações com seu território, sua história e seu patrimônio.

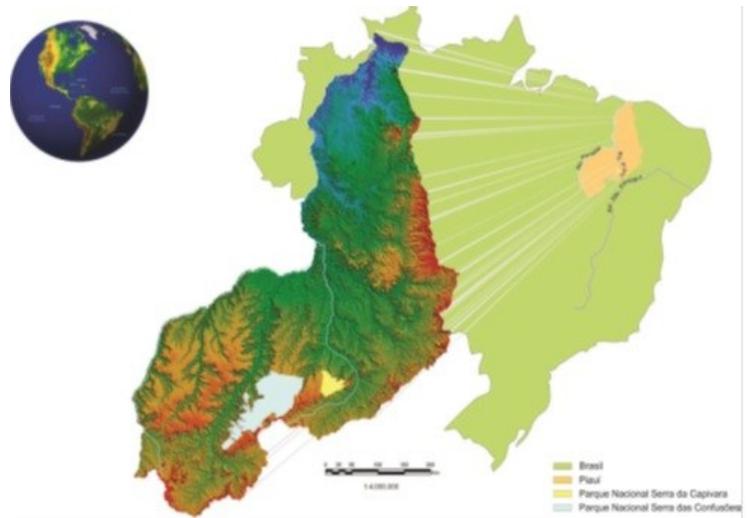


Figura 1—Mapa com a localização do Parque Nacional Serra da Capivara no Mundo, no Brasil e no Piauí.

Picture 1—Map with the location of the Serra da Capivara National Park in the world, in Brazil and Piauí. Fonte: Acervo FUMDHAM.

O Parque Nacional Serra da Capivara apresenta uma área de 130.000 hectares e 214 km² de superfície (figura 1). A região do PNSC compreende vários Municípios no seu entorno, entre os quais, Coronel José Dias, João Costa, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato. A comunidade Zabelê que, atualmente, se situa em São Raimundo Nonato, foi a mais impactada com a criação do Parque, pois localizava-se na área central. Outras comunidades com número menor de habitantes também foram afetadas, porém, por estarem na zona periférica, não houve necessidade da retirada de seus domicílios.

Ciência das comunidades ou ciências para as comunidades? As pesquisas arqueológicas na área do Parque Nacional Serra da Capivara

“A arqueologia brasileira tem seu início embasado por uma perspectiva colonialista, marcado pela presença de naturalistas europeus, que procuravam explorar um passado exótico e distante” (BARRETO, 2000, p. 33). Essa fase de admiração dos objetos exóti-

³ Dados obtidos na no Acervo da Biblioteca da FUMDHAM em pesquisa de campo em 2014.

cos predominou até a institucionalização da arqueologia nos museus e nos centros de pesquisa científica (BARRETO, 2000). De acordo com Barreto (2000, p. 9):

[...] a arqueologia surgiu dentro das universidades, não através de projetos intelectuais específicos, mas a partir de campanhas preservacionistas, promovidas por alguns poucos intelectuais indignados com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos e a falta de profissionais especializados para resgatá-los.

Com uma forte influência de correntes teóricas e arqueólogos estrangeiros, a arqueologia deu um passo importante para sua institucionalização no Brasil, na primeira metade do século XX. Dentre seus principais contribuintes, Paulo Duarte teve importante atuação no Instituto de Pré-História, junto à Universidade de São Paulo (USP), onde com sua influência, possibilitou a vinda de arqueólogos, como Paul Rivet e, posteriormente, Annette Laming-Emperaire (arqueóloga), que teve papel importante na instalação da Missão Francesa no Brasil e por estudos na região de Minas Gerais (BARRETO, 2000).

O início das pesquisas arqueológicas no Sudeste do Piauí ocorreu em 1970, com a chegada da Missão Franco-Brasileira a São Raimundo Nonato. As primeiras informações que os pesquisadores tiveram sobre as pinturas rupestres da região, foram provenientes de fotografias, as quais o prefeito do Município de São Raimundo Nonato, Gaspar Dias Ferreira, enviou para uma exposição no Museu Paulista.⁴

A arqueóloga Niède Guidon⁵, por sua vez, relatou que quando desenvolvia pesquisas junto à Universidade de São Paulo (USP), onde trabalhou com Paulo

Duarte, no Museu Paulista, organizaram uma exposição sobre as pinturas rupestres de Minas Gerais, sendo os sítios uns dos poucos conhecidos com registro rupestre. Neste evento, a arqueóloga recebeu as fotos das pinturas de São Raimundo Nonato. Em entrevista, a arqueóloga Niède Guidon fala de suas primeiras impressões.

Eu olhei as fotos e vi que era algo completamente diferente. Perguntei a ele onde era, ele me disse como fazia para vir até aqui. Isso foi em junho, e nas férias de dezembro eu peguei meu carro e vim. Só que dezembro chovia muito, e uma ponte do rio São Francisco tinha arrombado e eu não consegui passar. Depois, então, em 64, eu saí da USP fui embora pra França, fiquei trabalhando na França, mas aquelas pinturas... eu fiquei com elas na cabeça. E em 1970 eu vim numa Missão Francesa aos índios de Goiás. Quando terminou o trabalho lá, eu disse: não, agora eu vou passar pelo Piauí! E cheguei ao povoado que naquela época se chamava Várzea Grande, que hoje é Coronel José Dias. E conversei com as pessoas e elas disseram assim: “tem aí”, foram me mostrar, me mostraram cinco sítios ali no desfiladeiro da Capivara, então eu fiz as fotos, levei pra França e com isso eu consegui criar uma missão.

Assim, a pesquisadora Niède Guidon, que trabalhava na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, tomou conhecimento destas pinturas e manifestou interesse em conhecê-las. Em 1964, fez a primeira tentativa de chegar à região de São Raimundo Nonato, no entanto, por conta das fortes chuvas e mau estado das estradas, sua viagem acabou sendo interrompida. Com isso, a pesquisadora voltou para terminar seus estudos na França e só chegou à região na década seguinte.

A partir de 1970, a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, composta por Niède Guidon e com a colaboração de Silvia Maranca e Agda Moraes Vilhema,

⁴ Entrevista concedida pelo ex-prefeito Gaspar Ferreira em sua residência, no Município de São Raimundo Nonato em Outubro de 2013.

⁵ Entrevista concedida por Dra. Niède Guidon em sua residência, no Município de São Raimundo Nonato em Fevereiro de 2014.

conseguiu fundos junto ao governo francês, e iniciou um longo estudo dos sítios arqueológicos na região, priorizando a classificação tipológica dos registros rupestres em tradição, subtração e estilo. Conforme o Sr. Nilson Alves Parente⁶:

[...] Em 70 (setenta) a Niède chegou aqui com aquelas fotos procurando o pessoal por Gaspar Ferreira. Gaspar Ferreira me manda ela lá ponta eu, [para onde eu estava na comunidade Zabelê], ela chegou lá com as fotos perguntando, disse: - conheço, foi eu quem tirei, aí ela me convidou pra que eu fosse com ela mostrar a ela, aí eu fui, e [disso adiante passaram 10 anos], eu fazia estrada, fazia aqueles camizin de facão para andar com jumento, para andar com as sacas nas costas, mostrando aquelas pinturas para ela, né? Quando foi nos anos oitenta ela criou o Parque Nacional aí começou o dismantelo do povo do Zabelê” (Grifo: modificação do autor a fim de melhorar entendimento da expressão).

culturalista.⁷ No cenário da arqueologia brasileira, por volta da década de 1970, observam-se duas diferentes escolas predominantes: uma de influência estadunidense, com projeto do PRONAPA⁸, e outra de influência francesa, a Missão Franco-Brasileira. Esta última, com maior atuação na região de Estado de Minas Gerais e no nordeste, no Estados do Piauí.

Quando se observa a documentação contida no acervo da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), constata-se este viés histórico-cultural, o qual se manifestou, principalmente, na busca de delimitação e caracterização das áreas arqueológicas do Sudeste do Piauí, no conhecimento de cronologias e principalmente na classificação dos painéis de registros rupestres. Na tabela, a seguir, são apresentadas as principais atividades da pesquisa de campo:

Etapas	Atividades desenvolvidas na região do PNSC no início de 1970
1ª	Localização e mapeamento das áreas prospectadas.
2ª	Descrição dos abrigos e elaboração de croquis dos mesmos.
3ª	Decalques das pinturas em plásticos transparentes.
4ª	Levantamento fotográfico completo dos painéis.
5ª	Descrição e localização dos painéis.

Tabela 01—Etapas das pesquisas arqueológicas nos primeiros anos das pesquisas.

Table 01—Stages of the archaeological research in the early years of the research. Fonte: Pesquisa de Campo, 2013 (Acervo da FUMDHAM).

Vale ressaltar que neste primeiro momento, as pesquisas arqueológicas no Brasil foram desenvolvidas, em sua maior parte, sob uma perspectiva histórico-

Nesta época, a noção de patrimônio arqueológico restringia-se muito à noção de bens pré-históricos, os quais eram mencionados na redação da Lei 3.924, de

⁶ Nilson Alves Parente. Entrevista realizada em sua residência, povoado Novo Zabelê, set. 2013.

⁷ Sobre histórico-culturalismo, de acordo com Reis (2010), esta posição teórica norteou as pesquisas arqueológicas durante o século XIX, e primeira metade do século XX tanto na Europa como nos Estados Unidos. Priorizou em suas características a elaboração de linhas gerais de tempo em relação aos principais eventos, estudando assim as mudanças culturais das sociedades pré-históricas de uma determinada região, determinada área e estágios culturais, partindo de princípios como: invenção, difusão e migração.

⁸ O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) iniciou-se em 1965 e terminou em 1970, reunindo pesquisadores de diversos Estados do Brasil. Teve patrocínio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da *Smithsonian Institution*, contando com o aval da então SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

26 de julho de 1961. Esta lei surgiu em um momento muito particular de discussão sobre a necessidade de preservação, principalmente dos sítios sambaquis, existentes no litoral brasileiro. Foi também o momento da institucionalização da arqueologia, no país, não existindo de fato, ainda, uma preocupação com as comunidades do entorno dos sítios arqueológicos.

Considerando este contexto, e a noção de preservação, que era diferente dos dias atuais, no ano de 1975, após três meses de trabalhos, as equipes de pesquisadores fizeram um balanço dos trabalhos realizados, denunciaram a degradação nos ecossistemas regionais, principalmente em virtude de atividades agrícolas e de caça. Desta maneira, a arqueóloga Niède Guidon enviou uma carta ao então governador do Estado do Piauí, Dirceu Arcoverde, expondo os fatos e solicitando a criação de um Parque Nacional, na área, para proteger o meio ambiente e preservar os sítios arqueológicos.

Seguem trechos da carta encaminhada ao governador:

Senhor Governador

[...] Minha intenção é realizar a cobertura dessas lapas antes que elas sejam destruídas, de modo que fiquem documentadas para sempre. [...] Tenho verificado de 1970 para 1973 e para 1975 que certas pinturas foram destruídas. Lapas imensas cobertas de desenhos hoje estão nuas nas paredes erodidas, pedaços de rochas com restos de figuras caídas no solo. Procurando saber as razões, obtivemos a informação de que durante a seca os habitantes queimaram a vegetação dos baixões e, às vezes, o vento empurrava o fogo de tal modo que ele chegava até as lapas das beiradas das falésias e o calor fez explodir as paredes, estragando para sempre esse patrimônio cultural brasileiro. Seria impensável proibir essas queimadas, mas talvez a solução que o

governo do Piauí conseguisse junto ao Governo Federal que toda essa região, incluindo zonas dos Municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Canto do Buriti e Caracol, fosse transformada em Parque Nacional.⁹

É importante considerar que por estarem passando por um momento de intervenção militar no país, os grupos tidos como minoritários (indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais), passaram por este período esquecidos pelo Estado, quando se tratava de políticas públicas. Foi, portanto, um momento de negação dos seus direitos, em função de projetos desenvolvimentistas. Logo, para poder entender o contexto das políticas preservacionistas, no PNSC, não se pode estudar este caso desvinculado do contexto nacional.

Por mais que, na década de 1980, tenha completado algo próximo de cinquenta anos de pesquisas científicas, a arqueologia brasileira era algo muito embrionário e carente de uma perspectiva crítico-social, na medida em que a comparamos com os Estados Unidos, na América do Norte, e outros países da Europa. Isso pode ser constatado na leitura de autores como Reis (2010) e Magalhães (2005) que fazem uma crítica à arqueologia brasileira, onde acusam a falta de uma teoria própria.

Vem a corroborar com esta falta de uma arqueologia crítica brasileira, a própria estratégia de preservação para a área do Parque Nacional, a qual foi inspirada nos modelos de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, e *Kakadu*, na Austrália. Talvez este seja um ponto a se pensar na gestão do PNSC, que também é recorrente na arqueologia brasileira, que foi olhar para fora, para se pensar as estratégias de preservação patrimoniais em comunidades locais, que possuem particularidades e relações únicas com seus espaços e patrimônios. Quan-

⁹ Carta encaminhada ao Governador do Estado do Piauí (PLANO DE MANEJO, 1991).

do se deixa de explorar o nosso contexto, para pensar modelos pré-estabelecidos, estamos propensos a perder as idiosincrasias.

Para a região sudeste do Piauí, não era diferente. A prática arqueológica desenvolvida era essencialmente pautada em conceitos positivistas, na medida em que se consideravam, principalmente, dois pontos: primeiro, a valorização do conhecimento científico em detrimento de outras fontes de conhecimento, como a memória; segundo, tem-se maior preocupação em contribuir para a construção de um patrimônio nacional, fruto de um discurso nacionalista, do que interesse com o bem-estar e reprodução das tradições e saberes das comunidades locais. Dentro desta perspectiva, o projeto: “O Homem do Sudeste do Piauí, da Pré-História aos Dias Atuais e a Interação Homem-Meio”, ajuda a entender como foi construído o pensamento arqueológico, no sudeste do Piauí.

No cenário atual, observa-se que alguns dos paradigmas que foram colocados em prática na arqueologia brasileira, durante o século XX, começam a entrar em crise, na medida em que o movimento pós-processual questionou muitos pressupostos e axiomas, de forma que o registro arqueológico passou a ser visto sob outro olhar, relativizando a relação hierárquica entre as diversas fontes. Neste sentido, a cultura material, os relatos orais, as imagens e os documentos escritos passaram a ser vistos de forma mais equivalente, sendo assim utilizados como fontes que apresentam a mesma importância para a pesquisa (BEAUDRY et al. 2007).

O processo de criação do Parque Nacional, em 05 de junho de 1979, por meio do Decreto nº 83548¹⁰,

gerou um grande descompasso entre os interesses das comunidades e dos pesquisadores, em função da execução do projeto de desapropriação das terras, ocasionando uma situação de conflito, pois este decreto, que determinava a delimitação da área da unidade de conservação, aconteceu diante de um desconhecimento das condições sociais existentes, assim como, do desconhecimento ou acordo com as comunidades.

Dentro deste cenário da criação do PARNA, que aconteceu em um território que possuía várias comunidades, a comunidade Zabelê foi uma das mais impactadas, pois encontrava-se na parte central do território, que corresponde ao Parque. Sendo assim, o processo de criação da Unidade de Conservação, marcou a vivência dos seus sujeitos nos últimos anos, em decorrência do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e, principalmente, das ações de desapropriação.

Observa-se na literatura sobre patrimônio ambiental, que a concepção de áreas protegidas provém do século XIX, nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem, ameaçada pela vida urbana industrial, destruidora da natureza. De acordo com o pensamento dessa época, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas, onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la, criando-se uma espécie de mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2008). De certa forma, essa foi a noção que guiou, por muitos anos, as criações das Unidades de Conservação no Brasil, sendo, contudo, hoje em dia, bastante questionada. Esta noção de preservação e autenticidade do patrimônio arqueológico e ambiental foi pensada partindo de uma concepção de ciência predominantemente

¹⁰ Decreto Presidencial o qual cria o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC): “Art. 1º - Fica criado, no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com a área de aproximadamente 100.000 ha, subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, compreendida dentro do seguinte perímetro: o ponto inicial (ponto 1) é determinado a 1.000 m a oeste da nascente principal do Riacho Nova Olinda sobre o paralelo 08º50'S, desse ponto segue em linha seca de aproximadamente 20.500 m coincidente ao paralelo 08º50'S até o ponto geograficamente determinado pelas coordenadas 42º32'28" W E 08º50'S. Deste ponto, segue por aproximadamente 16.000 m no sentido W-L (oeste-leste) acompanhando a cota de 400 m até encontrar linha telegráfica que liga São João do Piauí a São Raimundo Nonato.

assimétrica, proveniente do pensamento moderno que separa em campos distintos, homem e natureza, sendo este um paradigma a ser superado, atualmente (LATOURE, 2008).¹¹

Percebe-se que ao invés de pensar uma etnoconservação, por meio de um etnomanejo, em que fosse utilizado o conhecimento das comunidades tradicionais, a fim de construir uma ciência das comunidades, o que aconteceu foi a implantação de modelos externos, ao tempo que processos desse tipo devem ser tratados caso a caso, através de uma inserção das comunidades em todas as etapas, criando-se, assim, sistemas participativos de manejo.

A relação de memória e pertencimento dos moradores da comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional da Serra da Capivara

De acordo com Sousa (2011), a trajetória histórica e os processos de ocupação da região sudeste do Piauí foram marcados, em princípio, pelos confrontos entre o colonizador pecuarista e os nativos indígenas. Conforme Borges (2004), estes tiveram suas terras usurpadas, suas sociedades desagregadas, tendo que se adaptar ao processo colonizador. Suas histórias foram negadas sob a alcunha do “extermínio”, muitos foram mortos, porém muitos se transformaram: escravos, vaqueiros, meeiros, assalariados, pequenos proprietários rurais, dentre outros. Várias comunidades atuais trazem lembranças de parentes pegos a “dente de cachorro”, ou à “pata de cavalo”, denotando essa raiz indígena, que precisa ser revalorizada e cujas histórias e memórias merecem ser registradas.

A Comunidade Zabelê e outras comunidades menores, que estavam situadas dentro da área do Par-

que Nacional da Serra da Capivara, foram núcleos populacionais ou povoados que surgiram a partir da segunda metade do século XIX, com efeito de duas atividades econômicas principais: primeiro a criação do gado, de forma extensiva e, logo após, nos fins do século XIX, a exploração da maniçoba, que após a crise do látex no Brasil, retomou sua tradição camponesa. Foi, exatamente, nessa retomada, pós-*boom* da maniçoba, que foi instituído o Parque Nacional.

O povoado Zabelê era uma comunidade de pouco mais de duzentas pessoas, que moravam na região onde foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara, como se observa na documentação do Plano de Manejo (1991). O Decreto que assegurou a criação do PNSC deixa entrever que não se tinha conhecimento, por parte do Governo Federal, da existência de moradores nesta área, o que vem a demonstrar uma falha no sistema público, pois o estudo e demarcação da Unidade de Conservação deveria ter ocorrido anteriormente à sua criação.

Chama-se a atenção para o fato de que somente cinco anos após a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 16 de maio de 1984, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) da Secretaria do Meio Ambiente, antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), assinou um convênio com o Instituto Terra do Piauí (INTERPI) a fim de que se procedesse à demarcação do Parque e sua caracterização fundiária. Nesta ocasião, por erro de informação, considerava-se que na área do Parque Nacional da Serra da Capivara não houvesse ocupantes (PLANO DE MANEJO, 1991).

De acordo com o Plano de Manejo (1991) do PNSC, em 1984, foram identificados, conforme o rela-

¹¹ Para Latour (2008) a dicotomia entre sociedade e natureza provoca uma relação assimétrica na construção do conhecimento. Entendemos que uma proposta de arqueologia simétrica que quebre com a relação de hierarquia entre o conhecimento científico (acadêmico) e conhecimento das comunidades tradicionais vem a contribuir para que se possa valorizar a memória das comunidades tradicionais, criando condições para afirmação de novas identidades, por meio da arqueologia pública.

tório do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) e IBDF, uma quantidade de 250 habitantes, sendo 130 proprietários, 118 posseiros e 2 incluídos na categoria de “outros”, dados esses que apresentam diferença do primeiro, que notifica 91 ocupantes, que residiam dentro da área do Parque Nacional, e 167 que não eram residentes, representando um total de 258 pessoas, o que demonstra discrepância.¹²

Estas famílias, que residiam no antigo povoado Zabelê, realizavam suas atividades de subsistência retirando seus alimentos da própria localidade, através da caça e do plantio de uma agricultura de subsistência.

Essas famílias, contudo, que, em princípio, foram esquecidas pelo poder público, foram fundamentais ao se iniciar as pesquisas no sudeste do Piauí, em virtude do apoio fornecido por essas comunidades locais. Os relatos orais¹³ sempre mencionam que as comunidades atuaram de forma colaborativa, para desenvolvimento das pesquisas, informando e auxiliando os pesquisadores, porém, com o processo de desapropriação, que ocorreu posteriormente, aconteceu uma cisão nesta relação entre comunidade e pesquisadores, que passou a ser marcada pelos conflitos de uma arqueologia pautada na legislação patrimonial, que apresentava desacordo com as comunidades que praticavam a caça, o desmatamento e queimadas para o trabalho da agricultura.

A população da comunidade Zabelê, com a criação da Unidade de Conservação, por medida do Estado, foi desapropriada de suas terras em 1988, gerando, assim, um descontentamento por parte dos moradores contra tal ato. A desapropriação da comunidade foi algo que sempre gerou problema, pela falta de documentação das terras, já que em sua maior parte eram possei-

ros que tinham ocupado terras devolutas. Junto a isso, agravavam-se os baixos valores das propriedades e bens dos posseiros e, também, falta de outro lugar para morar. Devido a isto, a desapropriação fez com que muitos dos moradores ficassem morando nas imediações da cidade de São Raimundo Nonato, de maneira que somente no ano de 1997 foi criado um assentamento nomeado Novo Zabelê, a 10 km da cidade, a fim de prestar apoio à comunidade desapropriada.

Considerando este contexto, que toca o campo da preservação, da memória, do direito público e privado, questiona-se como pensar em arqueologia pública para estas comunidades, dentro de um campo interdisciplinar? É importante levantar pontos como este, em que se assegure discutir gestão de patrimônio, junto à segurança da memória das comunidades locais.

A memória, enquanto faculdade de pensamento, ajuda a guardar as recordações do passado, do vivido e do sentido pelos sujeitos. De acordo com Le Goff, (2003) a memória é onde cresce a história que, por sua vez, alimenta e procura salvar o passado, para servir o presente e o futuro. Assim, é de fundamental importância trabalhar, de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Koselleck (2006) trabalha dois conceitos importantes para esta pesquisa, que são: a noção de passado, como espaço de experiência, e o futuro como horizonte de expectativa. Esta perspectiva, onde passado e futuro não coincidem de forma homogênea, que ajuda a pensar a construção da história como algo dinâmico, talvez possibilite pensar a comunidade dentro de um tempo histórico, necessitando discutir sua construção histórica, como o resultado de um passado reflexivo. Sendo

¹² Notifica-se que existe um desconhecimento de dados mais precisos em decorrência e perda de documentos, ao longo do tempo, como o próprio projeto de criação do PNSC, no entanto, uma das poucas fontes que se tem é o Plano de Manejo de 1991.

¹³ Pesquisa de campo do projeto “Educação Patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara”, desenvolvida na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) como trabalho de conclusão de curso da graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

assim, necessita-se repensar a construção histórica do que é patrimônio e o que se deseja preservar.

Questionando os moradores do povoado sobre as recordações da comunidade, com as narrativas das entrevistas, é possível perceber certo saudosismo das comunidades. No discurso dos moradores há emoções, recordações e relatos de experiências que marcaram a vida desses sujeitos, que falam das dificuldades, dizendo: “lá era um tempo que tínhamos muitos sofrimentos, mas era um sofrimento bom”¹⁴. Várias vezes são narradas as vivências nas proximidades dos sítios arqueológicos. O senhor Nilson Alves Parente narra como era a relação das comunidades com os sítios de arte rupestre:

Olha a humanidade ninguém nunca ligou para aquilo, nunca ligaram. Ali ninguém envolvia com nada, ninguém riscava nada, ninguém desmanchava nada, ninguém nunca ligou para aquilo não [...] todo mundo via aquilo ali mas num valia nada pra turma, ninguém mexia com nada, que ninguém entendia aquilo, só dizia que era dos índios, foi eles que fizeram, ninguém sabia pra que prestava nem sabia se era atividade nenhuma, ninguém mexia naquilo não, nunca mexeram com aquilo.

Nesta narrativa pode-se perceber a intenção do entrevistado em apresentar, mesmo que de maneira indireta, o cuidado e o desconhecimento dos mesmos, com registro presente nos sítios. Nilson Alves Parente narra que desde criança viveu no povoado Zabelê. Na década de 1970 atuou como guia dos pesquisadores, na Missão Franco-Brasileira, e fala das campanhas arqueológicas, escavações. Considera-se um arqueólogo, por acompanhar boa parte das descobertas na região:

*[...] As pinturas não eram nem todo mundo que conhecia, e quando eu era da idade de 8 anos a 10 anos eu gostava de andar mais meu avô nas pedras, aí eu via aquelas pinturas, aí eu perguntava: vô e o que é isso? Ele disse - isso aqui? Isso aí foram os índios que fizeram, aí as pinturas traduzindo, traduzindo era dos índios, então eu achava muito bonito e toda toca que eu chegava, eu ia olhar se os índios tinham andado, tinham escrito aquilo ali, então tomei conhecimento daquilo, daquelas pinturas, desde menino, então na região que eu andava tinha muitas, então eu conheci várias e várias tocas com aquelas pinturas (grifos nos-
sos).¹⁵*

É importante destacar que os anos iniciais das pesquisas arqueológicas, no Parque, foram marcados por ações coletivas entre pesquisadores e comunidade, sendo a última, de fundamental importância, no apoio aos pesquisadores. Observa-se que em algum momento do processo de desapropriação, ocorrido em 1988, provocou-se distanciamento das comunidades com as pesquisas ali desenvolvidas.

Em conversa com o senhor Pedro Alcântara, também morador do antigo povoado Zabelê, questionando-o sobre quais as memórias da comunidade que o acompanham, o senhor Pedro Alcântara responde:

Muitas lembranças trago de lá, mas primeiro vem à lembrança de quando nós todos moravam ali, vem a lembrança de quando era noite juntar todo mundo, ficavam uns na casa dos outros palestrando até 10 horas da noite, aquela mocidade ia brincar de roda, brincar de muita brincadeira. A gente também tinha as lembranças que a gente ia lembrar daqueles amigos da gente que a gente vivia tudo junto naquele lugar e hoje uns vive esbandaiado para todo canto, uns tão no Pará, outros estão em Brasília, outros tão em São Paulo porque não arrumaram como sobreviver mais aqui, tiveram que ir embora e não tiveram mais a oportuni-

¹⁴ Pedro Alcântara, agricultor. Entrevista concedida em sua residência, na comunidade Novo Zabelê, Setembro 2013.

¹⁵ Entrevista Nilson Alves Parente. Entrevista concedida em sua residência na comunidade Novo Zabelê, Setembro 2013.

dade de serem cadastrados no assentamento. Então, traz todo esse tipo de recordação, umas recordações boas e outras ruins porque aquilo que a gente passou lá, que a gente tem como lembrança. Nem que a gente sofresse, mas aquele sofrimento pra a gente era uma bondade vista hoje, então a gente tem aquela lembrança aquela sensação que já foi, que já passou muita coisa boa naquele lugar e hoje não tem mais aquele direito de passar (grifos nossos).

De acordo com Nora (1981, p.8), existe uma nítida diferença entre história e memória, e em vários momentos uma se opõe a outra. Para o autor, “[...] a memória é a vida sempre carregada por grupos vividos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável ao seu uso e manipulação”. Em contraponto, a história é a reconstrução sempre “problemática”, fragmentada, pois trabalha somente com fontes que, na maior parte, são incompletas.

O Senhor Pedro Alcântara traz, em seus relatos, experiências, emoções e sentimentos, que as limitações da linguagem e da pesquisa em história oral não oferecem recursos para transmitir. São recordações de espaços que marcam as memórias locais. Sobre o uso destes espaços, que são “lugares de memória”¹⁶, Nora (1981) explicita que são carregados de recordações de um tempo vivido que tocam o sentimento do sujeito. De acordo com autor cabe entender e analisar esses lugares de memória, que tem efeito em três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional.

Senhor Pedro Alcântara, ao se expressar nos relatos orais, registra as dificuldades de acesso dos fa-

miliares para acender velas nos túmulos dos parentes, no dia de finados. Perguntado a ele como sua família vê o Parque Nacional, revela:

*Rapaz eles não tem uma visão boa, até porque quando chega o mês de novembro que é obrigado a gente visitar os nossos antepassados que estão lá enterrados, a gente pra visitar precisa ir lá no IBAMA, pegar uma autorização para poder viajar e também precisa de um guarda pra nos acompanhar. Então nessa parte eles, vê assim, uma visão como nós quase criminoso, porque até para visitar o que é nosso precisa de um acompanhamento dos guias para poder visitar. Então não é bom não.*¹⁷

Neste ponto, o entrevistado toca em uma questão sobre a qual é importante ter-se uma atenção especial, pois esses lugares, que guardam memórias dos fatos vividos, que possibilitam ter uma relação de pertencimento e tocam na sensibilidade, devem ser preservados, assim como, os sítios arqueológicos, e assegurado à comunidade o amplo direito de visitar e ter uma relação, o mais próximo possível, com eles. Quando isso não acontece, cabe aos historiadores e arqueólogos questionar o envolvimento e a colaboração mútua entre pesquisadores e comunidades e advogar por uma arqueologia colaborativa.

Na área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara, pode-se observar que, nos anos iniciais, ocorreu o estabelecimento de uma hierarquização entre a cultura do presente e a do passado, onde a cultura material dos grupos ditos pré-históricos foi colocada em uma relação de sobreposição à memória e aos valores,

¹⁶ Para Nora (1981 p. 12-13), “os ‘lugares de memória’ são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Estes ‘lugares de memória’ são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo, numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

¹⁷ Entrevista Pedro Alcântara, concedida em sua residência, Comunidade Zabelê, Setembro de 2013.

construídos naquele lugar pelas comunidades tradicionais.

Um dos testemunhos mais marcantes, por exemplo, dessa cultura material do presente, eram e ainda são as habitações que existiam e as que ainda existem na área do Parque. Essas habitações representam um modo de vida de camponeses que se utilizaram da materialidade disponível no espaço, para construções de suas habitações e, acima de tudo, produziram também um patrimônio imaterial, que se apresenta no modo de fazer das habitações, de estilo vernáculo, no modo de viver, no modo de se relacionar com o ambiente.



Figura. 2—Toca do João Sabino, utilizada como abrigo entre o período de 1900 a 1940. Pic 2 - Lair João Sabino, used as shelter from the period 1900 to 1940. Fonte: Pesquisa de Campos, 2014 – (Acervo: Biblioteca da FUMDHAM, 2008).



Fig.ura 3—Casa de pedra pertencente ao pai do Senhor Nilson Alves Parente, Antigo do Zabelê. Picture 3—Stone house belonging to the father of Mr. Nilson Alves Parente, the Old Zabelê. Fonte: Pesquisa de Campos, 2014 – (Acervo: Biblioteca da FUMDHAM, 2008).

Se, por um lado, observa-se acentuada crítica à gestão do PNSC ao longo destes 40 anos, como discorre Baião Filho (2013 p.11):

Algo que parece óbvio, que o primado da preservação patrimonial no e do Parque fosse, sem dúvida alguma, o patrimônio arqueológico e pré-histórico. Este tem representado não apenas uma evidência de importância cultural e científica, e, dessa maneira, também política, nas relações de força estabelecidas em conflitos com o problema da gestão imaterial do território; e, ao mesmo tempo, significa uma profunda “vontade de nada esquecer” do passado de um território de povos pré-históricos, como identidade, par excellence, a ser preservada como patrimônio cultural no e do território, investida, direcionada e sancionada pelos interesses internacionais, com a organização do espaço para a atividade turística.

Por outro, observa-se constante esforço em poder contribuir na construção de um projeto arqueológico que impulse o turismo, tornando este uma fonte geradora de renda e uma alternativa para combater a desigualdade social. No entanto, chama-se atenção para necessidade de se discutir uma proposta de arqueologia pública possibilitando assim maior atenção aos anseios das comunidades.

Considerações finais

Um ponto que sempre é importante destacar é que pensar o papel social do arqueólogo, nos dias atuais, é diferente de pensá-lo há quarenta anos, até mesmo porque o campo da preservação patrimonial ampliou seus estudos nos últimos anos, portanto, com a ampliação do estudo científico sobre as comunidades tradicionais, acredita-se estar vivendo um momento de se construir uma ciência das comunidades tradicionais, partindo de seus anseios e de seus conhecimentos.

A criação do Parque Nacional Serra da Capivara e sua gestão ao longo dos anos passou por diferentes

momentos, alguns conflituosos, com processos de desapropriação, e outros que são relevantes para a consolidação das pesquisas arqueológicas, nesta região, entretanto, é importante que as comunidades tradicionais tenham ampla participação no processo de preservação e manejo das áreas arqueológicas, sendo respeitados seus espaços e sua memória.

Como proposta de construção de uma arqueologia pública e colaborativa, a simetria na produção do

conhecimento e a valoração das comunidades, que estejam envolvidas na preservação dos sítios, contribuem para a interação do patrimônio arqueológico com o público leigo, de maneira que se possam evitar problemas de conflitos, pelo contrário, ajudam no fortalecimento das relações das pessoas com suas identidades e heranças culturais, e estabelecem um melhor relacionamento destas com o patrimônio cultural local.

Referências bibliográficas

- BAIÃO FILHO, Luiz Gonzaga. Parque Nacional Serra da Capivara E Gestão Interdisciplinar das Narrativas do Patrimônio Cultural. IN: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, N. 31.1, 2013, p. 1-18.
- BARRETO, Cristiane. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve História da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000, p.32-51.
- BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e Vozes Ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte - MG, v. 1, n. 2, p. 73-113, Jul/Dez 2007.
- BORGES, Jóina Freitas. *A história negada: em busca de novos caminhos*. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- BORGES, Síría E. N.; *Invenção do patrimônio mundial: Parque Nacional Serra da Capivara*. Teresina, Dissertação (Mestrado) em História do Brasil, UFPI, 2007.
- CARVALHO Aline Vieira; FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. As possibilidades da Arqueologia Pública. *Revista história e-história*, 2009. Disponível: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>. Acessado em: Maio de 2015.
- DIEGUES, Antônio Rodrigues. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- FUNARI, P. Paulo & GONZÁLEZ, Erika. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *História*, São Paulo, 27 (2): 2008, p. 12-30.
- GNECCO, Cristóbal. Da Arqueologia do Passado à Arqueologia do Futuro: Anotações Sobre Multiculturalismo e Multivocalidade. *Amazônica – Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará*. Vol. 2, Nº 1, 2010, p. 92-103.
- GODOY, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: Cotidiano e História do Sertão do Piauí*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1999.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Editora 34. Rio de Janeiro, 1994.
- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MAGALHAES, Marcos Pereira. *A Phýsis da Origem: O sentido da História na Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goete, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. IN: *Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação História do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica)*. Tradução: KHOURY, Yara Aun. São Paulo – SP, Brasil, 1981.

PLANO DE MANEJO. *Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília, 1991.

REIS, José Alberione dos. *Não Pensa muito que dói: um palimpsesto sobre a teoria na arqueologia brasileira*. Porto Alegre, EDIPCURS, 2010.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica Mairon, MIGLACIO, Maria Clara. *Preservação do Patrimônio Arqueológico em terras indígenas*, 2008.

SILVA, Bruno Sanches Ranzanida. *Das pérolas, só as ostras [manuscrito]: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil*. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SILVA, Fabiola Andréia. *Arqueologia e etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra indígena Kaiabi: Reflexões sobre a arqueologia comunitária e gestão do patrimônio arqueológico*. Revista de Arqueologia, São Paulo, 2009, p. 205-219.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *O Povo do Zabelê e o Parque Nacional Serra da Capivara no Estado Piauí: tensões, desafios de gestão principiológica da complexidade constitucional*. Brasília, Tese (Doutorado) Universidade de Brasília - UnB, 2009.

Entrevistas

ALCÂNTARA, Pedro. *Depoimento*: Agricultor (trabalhou como auxiliar em atividades de pesquisas na FUMDHAM). Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora (37:32 min), [08 SET. 2013].

FERREIRA, Gaspar Dias. *Depoimento*: Ex-prefeito do Município de São Raimundo Nonato-PI. Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora. [16 OUT. 2013].

GUIDON, Niède. *Depoimento*: Pesquisadora (Coordenadora das pesquisas no PNSC). Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora (30 min), [10 FEV. 2013].

PARENTE, Nilson Alves. *Depoimento*: Agricultor (Guia nos primeiros anos da pesquisa). Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora (49 min) [08 SET. 2013].

Submissão: 20/05/2015

Aceite: 26/10/2015